

A arte de decifrar os símbolos em quatro lições (a serem seguidas, ou não)¹

Claude Lévi-Strauss

R. GEDDES LARGE: *Sooqwilis, a Collection of Kwakiutl Indian Designs and Legends*. The Ryerson Press, Toronto, 1951, 87 páginas e 33 pranchas em cores por Charlie George.

HAROLD BAYLEY: *The Lost Language of Symbolism*. N. e., William and Norgate, London, 1952, 2 vol.; ix-375 páginas e viii -388 páginas, 1418 ilustrações no texto.

ANNA BIRGITTA ROOTH: *The Cinderella Cycle*, C. W. k. Gleerup, Lund, 1951, 269 páginas e XVI quadros recapitulativos encartados.

A. M. HOCART: *The Life-giving Myth*, editado com Introdução de Lord Raglan-Methuen, Londres, 1952, 252 páginas.

Estes quatro volumes, reunidos aqui somente pelo acaso de suas datas de publicação e pelas preocupações algo aparentadas que os inspiram, representam, para o leitor curioso por mitos e símbolos, diferentes exercícios de estilo que, com certeza, não são igualmente recomendáveis. Poder-se-ia procurar em cada um uma lição diferente, que distinguiremos, para simplificar, em lição de inocência, lição de licenciosidade, lição de ciência e lição de inspiração. Sem dúvida esta deve ser a ordem a seguir, embora subsista no nosso espírito uma leve incerteza sobre a posição respectiva das duas primeiras etapas.

Assim mesmo, começemos pela inocência: o doutor R. Geddes Large é um médico, filho de missionário, nascido e criado na Colômbia Britânica, onde ainda trabalha. Entre os papéis de seu pai, encontrou desenhos indígenas, dos quais o autor, ainda vivo, lhe ofereceu o comentário verbal, sob a forma do mito que ele se propusera a ilustrar. O texto e os desenhos em tricromia formam a substância de *Sooqwilis*. Estaríamos equivocados se solici-

tássemos um esforço de elaboração científica a um trabalho com tais características. Não se sabe bem se se trata nele de um mito, ou de estórias separadas artificialmente reunidas por imposição da circunstância; inversamente, o recorte em capítulos parece arbitrário. Também não sabemos se os textos foram coletados em língua kwakiutl ou inglesa; não há aparelhagem filológica ou crítica; as notas explicativas, enfim, são irrisórias. Mas o doutor Geddes Large não tem qualquer pretensão a que sua obra seja científica, de modo que incidiríamos em erro se lhe cobrássemos por limites que de modo algum aspirou ultrapassar. Seu trabalho é o de uma pessoa honesta, que nutre simpatia pelo pensamento indígena bem como pelas obras deste e que pretende com toda a boa vontade preservar a parcela deles que o destino lhe atribuiu. Se houvesse necessidade disso, sua justificativa poderia ser buscada nos dois problemas teóricos que se colocam a propósito de seu trabalho: embora os textos tenham sido coletados em condições não-científicas (ou supostamente assim), formam um relato inteligível e apreensível como mito, mesmo para o leitor mais ignorante das civilizações da costa noroeste do Pacífico. Isto bastaria para mostrar - se fosse necessário (mas toda a mitografia clássica está aí para o atestar também) - que os mitos não se reduzem a documentos lingüísticos: são *estórias* e sua realidade essencial reside na sucessão de eventos que podem se satisfazer com qualquer suporte lingüístico sem perder a comunicabilidade. Não é possível nos determos aqui sobre um problema tão vasto; basta sublinhar de passagem que a mitografia menos satisfatória pode ainda utilmente contribuir para manifestar a diferença radical que existe entre o mito, de um lado, e o poema ou o romance, de outro. Sem se tornar absolutamente falsa, a máxima *traduttore traditore* atinge, com o mito, o limite extremo de sua validade.

Soogwilis coloca um outro problema curioso, que diz respeito à ilustração. Na evolução tão rápida da arte da costa noroeste do Pacífico - bastante semelhante em vários aspectos à arte ocidental moderna: rapidez das mudanças, imprevisibilidade das etapas, estreita dependência das condições econômicas - os desenhos de Charlie George certamente resultam da decadência: feitura grosseira, colorido violento, ecletismo. Ainda assim oferecem uma originalidade limitada (que podemos encontrar também na coleção de documentos gráficos do ilustre e saudoso Franz Boas): em ambos os casos trata-se de uma das primeiras ocasiões que os indígenas tiveram de desenhar sobre folhas de papel. Ora, toda a arte da costa noroeste está fundada sobre a recomposição livre de temas em função do objeto a decorar. Representações humanas e animais se encontram deformadas de modo erudito, para conseguir uma espécie de compromisso entre a forma do tema e a do suporte plástico: caixa, arma, recipiente ou bracelete. Ao se propor ao artista uma folha de papel, isto é, uma

superfície em vez de um corpo tridimensional, adiciona-se um novo problema àqueles que lhe são tradicionalmente colocados - problema que ele teria podido resolver de dois modos: pela adoção da perspectiva e do *trompe-l'oeil*, para salvaguardar sua relativa fidelidade ao tema, ou, então, ao contrário, por uma libertação suplementar com relação a este último. Este segundo foi o partido escolhido: o artista recompõe arbitrariamente o animal que quer representar, tendo por preocupação principal, ao que parece, preencher a superfície. Portanto, temos aqui um caso bastante excepcional em que a introdução de um *medium* ocidental não quebra a linha indígena (pelo menos sob este aspecto), mas a inclina de modo mais acentuado em uma direção que já era a sua.

Assim, em matéria de mitos e de símbolos a inocência de Geddes Large permanece rica de ensinamentos. Podemos dizer o mesmo da licenciatura? Na verdade, perdemo-nos em conjecturas sobre as razões que levaram o editor de *The lost language of symbolism*, obra publicada originalmente em 1912, a produzir uma nova edição em *fac-simile*; mais ainda, podemos especular sobre a acolhida entusiástica reservada a esta iniciativa pelo público de língua inglesa, uma vez que três edições sucessivas apareceram desde 1951.

Sem dúvida as divagações do autor têm charme - e mesmo o início deste enorme trabalho (quase oitocentas páginas) deleita o leitor por um aroma poético que promete por um instante o regalo de algum *Escaravelho Dourado* em que a erudição abriria caminhos imprevistos para a aventura. Consideremos: a tese principal do Sr. Harold Bayley é a de que a técnica de filigrana (*water-marks*★), que aparece na indústria do papel na Europa ocidental no fim do século XIII, é o conservatório secreto de uma emblemática de inspiração gnóstica e mística, mediante a qual Cátaros e Albigenses teriam preservado, no curso das perseguições, os ensinamentos secretos de que eram os depositários. Esta teoria engenhosa estimula o apetite: sentimo-nos prontos para participar de uma bela caça ao tesouro com a ajuda de velhos e obscuros alfarrábios. Mas isso dura pouco - ou melhor, dura muito. De fato, sobre a base de cerca de mil e quinhentos croquis sumários que nem estão datados nem são definidos quanto à origem, o Sr. Harold Bayley se entrega, durante oitocentas páginas, à mais inacreditável associação-livre de que provavelmente a literatura classificada como mentalmente sã nos dá o exemplo. Cada motivo é interpretado de modo ora verossímil ora arbitrário e serve em seguida de ponto de partida para longos devaneios - às vezes fascinantes - aos quais somente o capricho parece atribuir limites, em que a tese inicial parece inteiramente perdida de vista. Infelizmente, Harold Bayley tem o capricho lingüístico e cada letra encontrada ao acaso das filigranas fornece sua matéria a manipulações cheias de extravagância e de virtuosidade que permitem, mediante aproximações entre as línguas indo-européias, sino-

tibetanas, ameríndias e outras, atingir um simbolismo original dos fonemas. Sabe-se que Harold Bayley não é nem o único nem o primeiro a sucumbir a este fascínio, ao qual não está excluído que a lingüística - mas não esta - venha um dia a atribuir um fundamento válido.

Se obra semelhante não passa sob completo silêncio, mas permanece apesar de tudo digna de atenção, é porque constitui – por si mesma e pelo amplo público que encontrou – um documento psicossociológico de primeira ordem. Quem fará o estudo monográfico dos incontáveis leitores de *The lost language of symbolism*? E quem analisará os mecanismos intelectuais pelos quais Harold Bayley produz símbolos com tão incansável generosidade? Nos dois casos, sem dúvida, resultaria um aporte válido à teoria do pensamento mítico. Em um sentido completamente diferente que a inocência, de que falamos há pouco, a licenciosidade também pode nos oferecer ensinamentos.

★★★

É quase cometer uma injúria contra o *Cinderella Cycle*, da Srta. Rooth, justapor a análise do mesmo à da obra precedente. Porque, embora a erudição seja grande nos dois casos, aqui passamos do desregramento à medida e da fantasia ao rigor. Sabemos que Cinderela é o único conto popular que foi objeto no passado de uma monografia então considerada exaustiva: o *Cinderella*, da Srta. M. R. Cox (*Publications of the Folk-lore Society*, vol. XXXI, 1892) baseia-se em cerca de trezentos e cinquenta variantes. Muita coragem e audácia foram necessárias, pois, à Srta. Rooth para retomar um objeto já tão pesquisado, introduzir um novo espírito metodológico no seu estudo e trazer à tona materiais frescos. Certamente ela foi bem sucedida, ao menos sob este último aspecto, já que coletou trezentas e cinquenta novas variantes além daquelas já examinadas pela Srta. Cox.

A grande originalidade da Srta. Rooth foi considerar o conto de Cinderela reduzido à sua forma mais restrita (isto é, na França, ao grupo, no entanto já complexo, Cinderela-Pele de Asno) como um aspecto europeu-ocidental de um conjunto mais arcaico e mais vasto. O Cinderela tradicional (único que a Srta. Cox estudou) torna-se assim um tipo B saído de um tipo primitivo AB do qual ter-se-ia destacado também um tipo A. Este último seria caracterizado pelo tema do animal que socorre, morto pela madrasta e de cujos ossos provém um dom miraculoso. Não há vestígios, neste tipo A, de elementos característicos do tipo B, ou seja, as provas, a festa, a sedução do príncipe e o reconhecimento por meio de um objeto privilegiado. Mas a Srta. Rooth mostra de modo bastante convincente que um tipo AB, indubitavelmente originário do

oriente, integra as duas séries. Finalmente, ela isola um novo tipo C, que seria também arcaico, no qual a heroína é substituída por um herói.

Estes ricos materiais são objeto de um exame triplo: do ponto de vista dos tipos, sob o ângulo dos motivos e dos complexos de motivos (*motif-complexes**) e, finalmente, sob o prisma das áreas geográficas (*tradition areas**). É aqui, sem dúvida, que convém formular algumas reservas.

O método da Srta. Rooth pretende inicialmente ser estrutural. Reagindo contra seu mestre Von Sydow (a quem a obra foi dedicada), ela insiste sobre a necessidade de se estudar os contos como conjuntos orgânicos formados por unidades constituintes, elas mesmas estruturadas (*The tale must be studied as... an organic unit consisting of smaller elements, themselves organic**, p. 26). Analisa então os contos em atos (*acts**), complexos de motivos (*motif complexes**) e motivos (*motifs**), estes últimos oferecendo um caráter verdadeiramente elementar (p. 32). Até este ponto tudo vai muito bem e se inspira nos ensinamentos metodológicos da lingüística estrutural de Trubetzkoi e Jakobson. Com a diferença, porém, de que neste último caso a análise lógica comporta uma verificação experimental, o que não é tentado aqui. Sobre que base se vão recortar os atos, os complexos e os motivos? Os critérios adotados pela Srta. Rooth são vagos e impressionistas, sobretudo se considerarmos que ela está consciente de que a analogia entre o estudo dos contos e o da linguagem deve se colocar no nível o mais elevado: *A comparison may be drawn between the motif-complex and the structure of a sentence, and also between the motifs and the individual parts of a sentence – the subject, the predicate, etc **(p. 32). Encontramo-nos assim imediatamente no plano da gramática, quer dizer, naquele a respeito do qual a lingüística estrutural ainda está tateante, à procura de seus critérios próprios e bem pouco capacitada a instruir os outros com seu exemplo. Uma coisa é certa: a gramática comparada sabe muito bem que não pode utilizar as categorias (*sujeito, complemento, etc*) que a Srta. Rooth gostaria de lhe tomar emprestadas. Portanto, a despeito das boas intenções da Autora, seu método está viciado desde o começo - e a um duplo título: primeiro, ela não soube, ou não quis, trazer para si os ensinamentos metodológicos indispensáveis das primeiras pesquisas que almejavam elaborar uma gramática estrutural; depois, sobretudo, não ousou ir até o fim de sua hipótese, isto é, isolar no nível do conto um elemento comparável (do ponto de vista metodológico) ao único elemento lingüístico que merece rigorosamente este nome: o fonema.

É necessário procurar as razões dessa timidez nas preocupações profundas da autora. Apesar de seu salto inicial na direção do estruturalismo, ela é antes de tudo historiadora, preocupada com as distribuições geográficas e com os centros de difusão. Contudo, embora sua obra seja na maior parte consa-

grada a pesquisas deste tipo, das quais não se poderia contestar o valor nem a importância, mesmo aqui ela não vai bastante longe. De tempos em tempos, sem dúvida a Autora confirma suas hipóteses pela etnografia; assim lemos com interesse suas observações sobre os costumes e as festas orientais (p. 75-78) e sobre as idéias tradicionais associadas ao sapato (p. 103-109). Mas, como se pode determinar de maneira válida a origem do tema do animal que socorre, sem comparar sua área de difusão à da dupla inumação (primeiro o cadáver e, depois da decomposição e do despojamento das partes moles, o esqueleto) da qual ele parece ser a lembrança ou a justificação?

Por fim, há uma objeção muito mais grave, que ultrapassa a Srta. Rooth e que põe em questão o conjunto dos estudos folclóricos, tais como estes se processam atualmente. A pesquisa da Srta. Rooth vai de Portugal à China; aqui e ali invoca exemplos africanos. Mas, com exceção das importações européias, ela ignora resolutamente o Novo Mundo. Acontece que a estória de Cinderela está presente na América. Sob forma importada, inicialmente, sem dúvida. Mas em suas versões recentes e facilmente identificáveis, existem outras incontestavelmente indígenas, formalmente vizinhas do tipo B, mas nas quais o protagonista é um homem, como no tipo C da Srta. Rooth. Cinderela, macho dotado de um nome simétrico: Menino de Fogo (*Fire-Boy*★), Menino do Atizador de Fogo (*Poker-Boy*★), Sabugo de Milho (*Corncob-Boy*★), ou mesmo exatamente Cinderela (*Ash-Boy*★). A inversão dos sexos se prolonga em outros domínios: o nome e os atributos têm uma conotação fálica, como os nomes femininos de Cinderela (a Srta. Rooth demonstra-o de modo convincente cf. p. 102 e seguintes) se referem abertamente ao sexo; o herói americano se caracteriza por uma cabeleira curta, como Cinderela por seus longos cabelos; é órfão e solitário, enquanto ela é dotada de uma segunda família. Ainda, os dois fazem um belo casamento, são “senhores dos animais” e “senhores do orvalho”. A título de que a Srta. Rooth pode se permitir ignorar este tipo BC, cujo isolamento no hemisfério ocidental (ao lado de sua difusão de um ao outro extremo do continente) atesta o caráter arcaico?

Sem dúvida, é de bom tom, hoje, tratar a América como um continente isolado (se a Europa histórica o ignorou até 1492, como outros teriam tido a inconveniência de o conhecer?). Todas as analogias entre os mitos do Velho e do Novo Mundo seriam assim puras coincidências. Mas mesmo esta prudente reserva compromete os métodos da Srta. Rooth até os fundamentos. Isto porque, das duas, uma: ou os paralelismos e simetrias entre o Cinderela euroasiático e o Cinderela americano podem ser explicados pelo acaso - e, então, por que razão não o seriam também as analogias observadas no interior da área euro-asiática, que certamente não são menos impressionantes, das quais a

Srta. Rooth extrai toda sorte de conclusões quanto aos centros de origem e quanto aos itinerários de difusão? - ou quem diz analogia diz parentesco e é o esquema histórico-geográfico proposto que desaba, porque se negligenciou, do outro lado do Pacífico, uma massa de tipos e de variantes cuja consideração lhe teria modificado profundamente a economia.

Se no início a Srta. Rooth tivesse sido mais estruturalista e menos historiadora, ter-se-ia proposto primeiro a estabelecer uma tipologia. E já que neste estágio nenhuma hipótese de contato está implicada, não teria tido qualquer razão para desprezar os fatos americanos. Teria percebido então que os tipos B e C estão funcionalmente ligados: isto é, que a inversão dos sexos se faz acompanhar da inversão de outros motivos. Por conseguinte, o grupo BC deve ser tratado como um conjunto orgânico. Que esta organicidade encontre uma ilustração surpreendente em exemplos tomados de empréstimo de duas áreas muito afastadas, da Europa Ocidental e da América do Norte, e que todas as formas encontradas no intervalo apresentem o aspecto de compromisso ou de intermediário, é certamente o que coloca um problema. E este problema pode ser tratado com um espírito estruturalista, ou histórico, ou com ambos ao mesmo tempo. Mas o fenômeno global não pode ser ignorado.

Apesar de sua imensa erudição, de tantas idéias engenhosas e mesmo de iluminações efêmeras, faltou à Srta. Rooth esta dose de intuição e de subjetividade, cujo abuso por parte do Sr. Bayley criticamos acima, mas que, ainda que em quantidade homeopática, permanece indispensável a todo estudo sobre o pensamento mítico. Não basta afirmar de fora, e como que sem convicção, que os mitos formam todos; não basta mesmo se convencer disso por um empilhamento de detalhes objetivos, porque quando se constrói uma parede com tijolos estes não se colam espontaneamente, sendo preciso adicionar cimento. Na verdade, o mitólogo deve se entregar a um jogo muito perigoso, se não está consciente de quando terminá-lo: colocar seus próprios mecanismos intelectuais à disposição do esquema tradicional, deixá-lo viver e operar esta misteriosa alquimia que através dos continentes e dos milênios lhe valeu a solidez e a perenidade. Que se recuse a aventura ou que não se saiba dominá-la, duas formas de fracasso a espreitar o analista, que são a da Srta. Rooth e a do Sr. Bayley. Mas é preciso sublinhar que eles não são da mesma ordem de grandeza. A Srta. Rooth trouxe para a ciência inumeráveis contribuições, mas permaneceu a meio-caminho, enquanto que o Sr. Bayley se desencaminhou desde o princípio, pois desde o começo já havia absorvido uma dose excessivamente forte.

Se nós nos propusemos a dedicar algumas linhas desta crônica já demasiado longa a uma pequena obra, composta sobretudo de reimpressões de artigos de difícil acesso, do saudoso A. M. Hocart, é porque vemos reinar ao

longo da mesma esta inspiração que falta a *Sooqwilis* e a *Cinderella Cycles* e da qual *The Lost Language of Symbolism* oferece apenas uma caricatura bufa. Ora, o Sr. Hocart foi uma das mais singulares figuras da etnologia contemporânea: este administrador colonial era rico de inspiração e de experiências mas não possuía muito mais. Sua erudição era vasta, mas desigual e feita de conhecimentos mal costurados. Seus métodos de trabalho e seus procedimentos intelectuais testemunharam sempre uma certa rusticidade. Hocart foi uma espécie de pintor de horas vagas da etnologia, mas daqueles cuja obra - como acontece às vezes - transborda de entusiasmo, de inventividade e mesmo, aqui e ali, de genialidade. Em torno de algumas idéias simples, mas muito novas no momento em que as formulou pela primeira vez: unidade do mito, do ritual e da estrutura social; origem divina da realeza; importância da noção de reciprocidade para interpretar as instituições primitivas; descobriu a proximidade entre costumes muito distanciados e aparentemente heterogêneos; resolveu dificuldades tradicionais e forneceu à reflexão teórica uma matéria geralmente pouco refinada, mas sempre repleta de riquezas.

Todas essas impressões se verificam de novo ao ler *The Life-giving Myth*. Sem dúvida, as explicações estão excessivamente simplificadas; com frequência, ficamos exasperados ao perceber que Hocart desloca os problemas, sob o pretexto de os resolver. Confunde, com efeito, a *necessidade lógica* à qual aspira (p. 28) com aproximações históricas que por si mesmas não trazem qualquer explicação definitiva. Mas no momento em que em vários países imperavam as soluções fáceis, como a *mentalidade primitiva*, à qual no final da vida o próprio autor deveria renunciar, foi um grande mérito dar crédito ao pensamento indígena, como Hocart sistematicamente fez. Ele não tinha medo de se incorporar os mitos, esperando empreender a dissecação dos mesmos.

Depois de ter lido as três obras de que falamos antes, retornamos a Hocart para nos lembrar, a propósito do Sr. Geddes Large, que uma longa familiaridade com os indígenas não desobriga de um pouco de ciência; a propósito do Sr. Bayley, que mesmo o estudo dos mitos requer o uso do bom senso; e, finalmente, a propósito da srta. Rooth, o mais sério dos autores, que uma pitada de audácia um pouco louca pode ser, neste domínio como em outros, o preço a pagar por grandes e nobres achados.

Notas

1. *L'Art de Déchiffrer les Symboles (en quatre leçons à suivre ou à ne pas suivre)*, publicado originalmente em *Diogène*, 5, 1954, páginas 128-135. Tradução de José Carlos Rodrigues.

* Em inglês no original (N. do T.).